



XXIV
Mostra
de Iniciação
Científica

SEMANA DO
CONHECIMENTO

A Universidade em movimento

De **7a10** de outubro de 2014



RESUMO

AS LIMITAÇÕES AO DIREITO DE PROPRIEDADE: A RESERVA LEGAL AMBIENTAL DAS PEQUENAS PROPRIEDADES RURAIS DA LINHA ESTANCADO BAIXO, DA CIDADE DE SARANDI - RS

AUTOR PRINCIPAL:

Sabrina Giacomini

E-MAIL:

sabrina.giacomini@hotmail.com

TRABALHO VINCULADO À BOLSA DE IC::

Não

CO-AUTORES:

Elenise Felzke Schonardie

ORIENTADOR:

Elenise Felzke Schonardie

ÁREA:

Ciências Humanas, Sociais Aplicadas, Letras e Artes

ÁREA DO CONHECIMENTO DO CNPQ:

Direito Ambiental e Interesses Difusos

UNIVERSIDADE:

Universidade de Passo Fundo

INTRODUÇÃO:

A pesquisa teórica foi complementada com análise de campo realizada na área rural do interior da cidade de Sarandi - RS, denominada Linha Estancado Baixo. Com aproximadamente 10 famílias de pequenos produtores rurais, os quais produzem com total uso da força de labuta familiar, caracterizando-se como pequenas propriedades familiares. A legislação ambiental, em especial o Código Florestal, impõe algumas limitações ao uso e destinação do solo no meio rural. O trabalho visa contribuir positivamente, com os moradores dessa comunidade tipicamente agrícola, no sentido de auxiliá-los em eventuais regularizações das áreas de reserva legal e uma melhor compatibilização do espaço, com a atividade nele desenvolvida e a legislação vigente. Objetiva-se, ainda, proporcionar uma melhor compreensão acerca dos dispositivos legais que impõe obrigações aos proprietários e possuidores rurais em relação aos direitos fundamentais e relativização do direito de propriedade.

METODOLOGIA:

O método de abordagem utilizado, no que tange as linhas de raciocínio e teoria da pesquisa, foi o dedutivo, o qual parte de um princípio geral para adaptar aos casos particulares. O método de procedimento utilizado neste, foi o bibliográfico, pois elaborado a partir de material já publicado, constituído de livros, artigos, dentre outros materiais. Também fez-se uso do método de estudo de caso, visto que envolve estudo profundo e exaustivo de uma determinada área, de maneira que se permita o seu amplo e detalhado conhecimento. Portanto, trata-se de um projeto de pesquisa onde se objetivou, com a delimitação de uma área, verificar a forma como estão sendo debatidos os direitos transindividuais e direitos fundamentais, ademais não há que se falar em aplicação dos resultados de pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Com relação ao estudo empírico, constatou-se que a situação encontrada é de grande resistência por parte dos produtores (proprietários ou possuidores) de terras, em entender as limitações legais ambientais, visto que a reserva legal gera grande empecilho a sua produção. A mesma serve de limite das áreas rurais quanto ao manejo de sua extensão territorial e da produtividade esperada ou imaginada pelos agricultores da localidade. Os doutrinadores nos apresentam que a propriedade surge como direito fundamental e adquirido pelo homem, enquanto ser. Porém, com a evolução dos direitos, surgem os chamados direitos e interesses difusos, dentre os quais o de " viver em um meio ecologicamente equilibrado", previsto na Constituição Federal de 1.988, também, como um direito fundamental. Esses interesses e direitos difusos fazem com que se tenha que racionalizar a forma de uso e destinação do solo e dos recursos naturais, gerando a obrigação de preservação de alguns espaços ambientais, como a reserva legal florestal, nas pequenas e grandes propriedades rurais.

CONCLUSÃO:

Com a pesquisa bibliográfica têm-se por concluir que o direito evolui com as necessidades de determinado povo de uma região. Os direitos fundamentais, entre os quais o direito de propriedade deve ser compatibilizado com outros direitos, igualmente fundamentais, e obrigado ao atendimento de sua função socioambiental. Direitos individuais perdem espaço.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- MUKAI, Toshio. Direito ambiental sistematizado. 5.ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
PETERS, Edson Luiz; PIRES, Paulo de Tarso de Lara. Manual de direito ambiental. Curitiba: Juruá, 2000.
SILVA, José Afonso da. Direito ambiental constitucional. 9 ed. São Paulo: Malheiros Editores Ltda., 2011.
ARAUJO, Luiz Ernani Bonesso de. O acesso à Terra no Estado Democrático de Direito. Frederico Westphalen: URI, 1998.

Assinatura do aluno

Assinatura do orientador